

Memória, gênero e sexualidade: uma abordagem pós-estruturalista

Memory, gender and sexuality: a post-structuralist approach

Memoria, género y sexualidad: un enfoque postestructuralista

Recebido: 04/08/2022 | Revisado: 15/08/2022 | Aceito: 17/08/2022 | Publicado: 25/08/2022

Gerson Avelino Fernandes Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0536-5861>
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil
E-mail: 2022f0025@uesb.edu.br

Rita Maria Radl-Philipp

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9393-7753>
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil
E-mail: ritam.radl@usc.es

Resumo

Este trabalho tem por objetivo, discutir, de forma panorâmica, questões de gênero e sexualidade evocadas na memória coletiva, de forma a trazer a sua importância dentro de uma abordagem pós-estruturalista, sem fechamento de sentidos. Para tal, fez-se uso do conceito de memória, principalmente o da memória coletiva e dos quadros sociais da memória em Maurice Halbwachs (1990; 2004), que traz a noção de memória partilhada entre grupos sociais e replicadas como verdades válidas dentro daquele tempo e espaço, ancoradas em quadros e marcos. Verificou-se, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que a memória é sempre constituída em um grupo, e o indivíduo que se recorda, por sua vez, está inserido neste. Destarte, esse grupo, partilhante das memórias coletivas comungadas ali, utiliza, na maioria das vezes, essas memórias como regramentos de fé e prática quando há o reforço e influência de instituições maiores, que fazem uso da manutenção de uma lógica padronizada moralmente do bem viver. Observou-se também que, o encaixe em características tidas como padrão em sociedade é construção de grupos sociais, e, muitas vezes, são usadas como forma de violência para com grupos minoritários como mulheres, travestis, transgêneros e sujeitos com sexualidades homoafetivas, nesse sentido, cabe à academia promover debates e construções epistemológicas que caminhem no sentido de romper esses constructos estruturais de gênero, sexualidades e papéis sociais dentro de uma ótica e memória coletiva padronizada pelo olhar de grupos conservadores e avessos à diversidade.

Palavras-chave: Memória coletiva; Gênero; Sexualidade; Violências estruturais; Pós-estruturalismo.

Abstract

This paper aims to discuss, in a panoramic way, issues of gender and sexuality evoked in collective memory, in order to bring its importance within a post-structuralist approach, without closing of senses. For such, it was made use of the concept of memory, especially the collective memory and social frames of memory in Maurice Halbwachs (1990; 2004), which brings the notion of shared memory among social groups and replicated as valid truths within that time and space, anchored in frames and milestones. It was verified, through a bibliographic research, that memory is always constituted in a group, and the individual who remembers, in turn, is inserted in this. Thus, this group, which shares the collective memories shared there, uses, most of the time, these memories as rules of faith and practice when there is the reinforcement and influence of larger institutions, which make use of the maintenance of a standardized moral logic of living well. It was also observed that fitting into characteristics considered standard in society is a construction of social groups, and are often used as a form of violence against minority groups such as women, transvestites, transgenders, and subjects with homo-affective sexualities. In this sense, it is up to the academy to promote debates and epistemological constructions that move towards breaking these structural constructs of gender, sexualities, and social roles within a perspective and collective memory standardized by the look of conservative groups that are averse to diversity.

Keywords: Collective memory; Gender; Sexuality; Structural violence; Post-structuralism.

Resumen

Este trabajo pretende discutir, de manera panorámica, temas de género y sexualidad evocados en la memoria colectiva, con el fin de llevar su importancia mediante un enfoque postestructuralista, sin cerrar significados. Para ello se utilizó el concepto de memoria, especialmente el de memoria colectiva y los marcos sociales de memoria en Maurice Halbwachs (1990; 2004), que trae la noción de memoria compartida entre grupos sociales y replicada como verdades válidas dentro de tiempo y espacio, ancladas en pinturas y hitos. Se comprobó, a través de una investigación bibliográfica, que la memoria siempre está constituída en un grupo, y el individuo que recuerda, a su vez, se inserta en este. Así, este grupo, compartiendo las memorias colectivas allí compartidas, utiliza, en la mayoría de los casos, estas memorias como pautas de fe y práctica cuando existe el refuerzo y la influencia de instituciones más grandes, que hacen

uso del mantenimiento de una lógica moralmente estandarizada del bien para vivir. También se observó que las características adecuadas consideradas como estándar en la sociedad es una construcción de grupos sociales, y a menudo se utilizan como una forma de violencia contra grupos minoritarios como mujeres, travestis, transgéneros y sujetos con sexualidades homoafectivas. En este sentido, corresponde a la academia promover debates y construcciones epistemológicas que caminen hacia la ruptura de estas construcciones estructurales de género, sexualidades y actuaciones sociales dentro de una visión colectiva y de memoria estandarizada por los ojos de grupos conservadores reacios a la diversidad.

Palabras clave: Memoria colectiva; Género; Sexualidad; Violencia estructural; Postestructuralismo.

1. Introdução

As discussões sobre gênero, principalmente nos últimos anos, têm sido carregadas por uma disputa de poderes e lugares, em que pesem mais os discursos ideológicos criados sob interesses diversos do que o desenrolar das pesquisas na área, enquanto campo produtor de episteme.

O conhecimento engendrado ao longo da história, ora esteve sob forte influência religiosa, ora carregava-se de ideias contra-hegemônicas na luta pela existência, no que diz respeito às identidades de gênero e sexualidades não normativas. A teologia, mais precisamente os seus escritos sagrados nas diversas traduções e versões, corroboravam no fortalecimento de argumentos chancelados à base de elementos autoritários e irrevogáveis, pois são fruto de revelações divinas e inquestionáveis.

Neste sentido, vale à pena evocar a memória, não monolítica na sua gênese conceitual e em favor de uma disrupção teocrática, uma vez que, o que temos em termos de discussões, principalmente no cenário social corroborado pela conjuntura política, é a volta de uma interpretação arcaica e ideologicamente interessada sobre gênero e sexualidade, fazendo com que se naturalize certos lugares que, desde sua gênese, foram construídos para atender a uma sociedade machista, misógina e *homotransfóbica*.

Falar de papéis sociais como o da mulher, das travestis, transgéneros e aqueles/as que possuem orientações sexuais fora da heteronormatividade imposta é entrar num terreno árduo e perceber a corrosão e distorção de uma memória que está atrelada a intuições, interpretações espirituais, teológicas e intangíveis, por isso irretocáveis, dentro de uma lógica moralmente padronizada de existência, de identidade e sexualidade.

Destarte, este artigo traz à baila, sem a pretensão de esgotar-se no assunto, os conceitos de sexualidade e gênero dentro de uma abordagem pós-estruturalista, na tentativa de compreendê-los para além de estruturas herméticas que reconstituem uma memória sobre ambos direcionada pela lógica religiosa e padronizada socialmente, a partir de uma pesquisa bibliográfica.

2. Metodologia

Os enfoques abarcados neste trabalho se referem ao uso de uma perspectiva pós-estruturalista, como sendo um método de abordagem social, em que não há a fixação em estruturas de análise ou isolamento/fechamento de sentidos (Mendonça, 2020), pelo contrário, a realidade e o que está posto são considerados como produções sociais, portanto, assumem uma multiplicidade de configurações.

Este artigo se constituiu a partir de uma pesquisa bibliográfica que, segundo Andrade (2003) e Gil (2002, p. 44-45) “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente [...]”.

Em consonância de sentido, Severino (2007, p. 122) nos traz que a pesquisa bibliográfica é aquela que “[...] se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. [...] Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados.” Vale salientar também que este trabalho se deu numa abordagem

qualitativa que “[...] permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques” (Godoy, 1995, p. 21).

Fez parte deste trabalho também a presença das constituições federais como objeto de análise, ainda que de forma breve. Traz-se à baila aqui também, neste percurso elucidativo, as obras de Maurice Halbwachs (1990; 2004), intituladas de *A memória coletiva* e *Los marcos sociales de la memoria*, respectivamente, no sentido de embasar minimamente a discussão que se propõe sobre gênero e sexualidade, ancorados no tempo e no espaço, em marcos e materialidades.

3. Gênero e Sexualidade: Desconstruções Estruturais

Discutir sobre gênero e sexualidade, bem como os corpos de modo geral, nem sempre foi um debate aberto, pois houveram tempos e espaços - e talvez ainda haja para alguns coletivos sociais - em que a verdade imutável era consagrada pela ótica religiosa, fundamentada em livros, registros e em revelações incontestáveis ali contidas, reduzindo o “[...] corpo ao constructo biológico, esquecendo que ele é concomitantemente (re) construído em nossas relações sociais” (Teixeira & Magnabosco, 2010, p. 34).

A mulher concebida da costela do homem, símbolo máximo da submissão daquela a este, consagra milenarmente a relação de dependência da mulher à figura masculina, sem qualquer chance de revisão historiográfica desta concepção, e com memórias bastante arraigadas, evocadas num tempo presente, sem que a vivência a experimente, atestando sua veracidade pela implantação de memórias recebidas ao longo da vida.

A problemática supracitada é facilmente comprovada quando nos atentamos, por exemplo, às constituições do Brasil. Desde 1824 até 1988, ainda percebemos poucos espaços para a mulher, numa evolução que é oscilante e ainda incipiente e morosa. Oscilante porque se formos atentar para as sete constituições federais de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988, vamos perceber que, em algumas delas, nem se mencionava a palavra “mulher”, tampouco a atribuía status de sujeito de direitos. Morosa e incipiente porque ainda estamos a uma distância considerável de uma política equitativa de gênero, que se caracterize pela coerência entre o discurso e as práticas sociais.

Halbwachs (1990; 2004) defendia em seus estudos que a memória não pode ser um artefato biológico puro, ela é um fenômeno coletivo, ou seja, o indivíduo só é capaz de recordar na condição de pertencente a um grupo, uma coletividade, neste sentido, o sujeito recorre a testemunhos para fortalecer ou obliterar aquilo que se sabe sobre algum fato.

Destarte, a memória, uma vez recebida, passa por um tratamento de readequação ao sistema e época vigente, fortalecendo ou enfraquecendo seus sustentáculos a partir da dialeticidade com os fatos presentes, isto é, não quer dizer que uma memória de outro tempo recebida será fielmente reproduzida no tempo presente, ela passa por um sistema de valores e abordagens que farão com que aquela memória perdure ou esmaça.

O contrário também acontece no pensamento Halbwachsiano, pois, é possível que ideias arcaicas permaneçam sendo defendidas ainda na atualidade, isso acontece por uma ausência de senso crítico ao receber aquela memória ou percebê-la fora do contexto e desconsiderando os elementos materiais presentes na atualidade (Halbwachs, 1990; 2004).

Esse não reconhecimento da primazia do embate entre o que se sabe sobre algo e os elementos presentes na atualidade é, por si só, aceitar as verdades recebidas como prontas e acabadas, estruturais, não passíveis de embate material e social, e isso se aproxima muito do campo da sexualidade e gênero quando se discute sua fluidez e esta é tida como perversão à luz de discursos teológicos, e também quando é reforçada por grupos conservadores sem levar em conta as transformações ocorridas no pensamento e na forma como se concebe a vida e suas idiossincrasias.

A mulher, como sexo frágil, recatada e polida, certamente é uma construção social interessada e direcionada àquelas que se situam em classes economicamente abastadas, desconsiderando o que Beauvoir (1980) traz em relação à necessidade da mudança das geografias existenciais da mulher, em que, o que esta se torna, acontece ao longo da vida e não é determinado no

nascimento, não se constituindo a mulheridade uma característica biológica e sim existencial. Isto nos remete a uma interpretação pós-estruturalista de sexo e gênero, sem fixação em estruturas estáticas que carregam em si a explicação de todos os fenômenos sociais a partir de uma relação hermética de causa e efeito, assim, conduzindo o estudo ao entendimento de que “o pós-estruturalismo é [...] a negação do fundamento, da essência, do fechamento de sentidos, compartilhada por diversos filósofos franceses a partir do final da década de 1960” (Mendonça, 2020, p. 151).

Da mesma forma, esse entendimento pós-estruturalista, aberto a possibilidades, pode ser aplicado às sexualidades não normativas e as identidades de gênero fluidas e não detentoras de uma lógica padronizada pela sociedade, sendo produto de um espaço e de um tempo (Halbwachs, 2004) e ancorado em marcos e materialidades.

Um exemplo muito claro dessa tese do autor supracitado é a constituição de movimentos feministas, principalmente a ascensão, na última década, de debates que ganharam a televisão, como sendo historicamente uma mídia hegemônica, dando vozes a reivindicações de proteção contra o assédio, como o “meu corpo e minhas regras”, “ninguém solta a mão de ninguém” e dias específicos da visibilidade LGBTQIAP+ em canais abertos e sem uma abrupta distinção de horários, espaços e tempos.

Em 2013-2014, o primeiro beijo gay, televisionado numa novela das nove, foi na obra intitulada de “Amor à vida”, de autoria de Walcyr Carrasco e colaboradores, que trouxe para o horário nobre, a materialização das reivindicações seculares por um modelo de afeto que não é aquele veiculado e chancelado por movimentos conservadores, nem tampouco o que se refere na interpretação direcionada por escritos sagrados de grupos que a comungam.

O fato acima apresenta uma característica muito forte do pensamento Halbwachsiano que é a interatividade entre a vida material e moral das sociedades, produção temporal que se reorienta conforme costumes daquele recorte de tempo e dos grupos sociais.

A televisão, enquanto produtora de conteúdo, no exemplo supracitado, reorientou suas memórias, introjetadas em anos de existência, que, anteriormente, chegaram a repelir em tentativas mais brandas, a existência de qualquer menção a homoafetividade e transgeneridade dentro da mídia aberta, fazendo com que uma comoção nacional, na atualidade, se fizesse declaradamente a favor da união homoafetiva dos personagens ao fim da novela. Isto é a materialidade se fazendo presente na condução dos processos de construção das nossas memórias e, nesse processo, como membros de grupos sociais determinados, fazemos uso de convenções sociais.

E, por falar em convenções sociais, que permitem que certas questões sejam reconfiguradas, fortalecidas ou enfraquecidas ao longo dos tempos, precisamos estabelecer o lugar da tradição na existência da memória, pois esta se perpetua em relação intrínseca com aquela.

Segundo Rios (2013, p. 7), para Halbwachs:

[...] a memória não diz respeito simplesmente a uma experiência iniciada e concluída no passado, mas sim a algo que permanece vivo, animando os pensamentos e ações dos indivíduos e grupos no presente. Quando uma memória deixa de existir, isso significa que os laços sociais que a alimentavam – e que nela se alimentavam – já não existem mais, ou seja, foi o próprio grupo, outrora cultivador dessa lembrança, que deixou de existir.

Algo que permanece vivo parece ser, para Maurice Halbwachs (1990; 2004), o cerne da manutenção da memória, não se resumindo ao que se vive, e nem às histórias partilhadas, mas incluem-se também os rituais, danças, músicas e todos os elementos que vão ajudar no senso de coesão social e senso de comunidade, o que nos faz pensar que os movimentos corporais são ensinados, perpetuados e nos constrói enquanto regramento social.

Mais uma vez entra em cena a questão da materialidade da memória, daquilo que acompanha a nossa existência e a possibilita, ainda que esta possa ser considerada uma problemática, se não se constituir dentro de uma lógica padrão. É bem

problemático, por sinal, pensar em memória das coletividades sem pensar que essas coletividades são compostas por pessoas, portanto não há uma cisão entre o individual e o coletivo.

A estrutura das narrativas sobre gênero e sexualidade, não levam em conta uma questão primordial, que é a constituição do ser que as carrega, do sujeito “humano” como aquele que tece sua própria história, ainda que não necessariamente em condições livres (Marx, 2011), o que poderia explicar, na esfera da superficialidade, os estigmas causados ainda pela discussão e afirmação de identidades, sexualidades e papéis sociais fora do padrão da *heterocisnormatividade* e os incômodos que isso gera nos grupos conservadores, pois causa uma reorientação de uma memória recebida e tida como imutável à luz das interpretações fundamentalistas de escritos tidos como sagrados.

Edgar Morin (2015), um pensador da contemporaneidade, nos diz que, qualquer tentativa de explicar o mundo em discursos simplistas são equivocadas, pois somos e pensamos enquanto ecossistemas, interligados, sem qualquer possibilidade de minimização da existência humana em poucas e vazias palavras.

Logo, é um equívoco pensar que nossa existência se baseia na essência criada e formatada por discursos ideológicos interessados, fundados em estruturas intocáveis como regra de fé e prática, é preciso levar em conta os condicionantes sociais, históricos e econômicos que circundam o sujeito e os marcos/quadros sociais que permitem com que as memórias sejam recuperadas sem esvaziamento, numa recuperação racionalizada de memória.

Isto posto, a possibilidade de que tais argumentos que consideram memórias de um tempo passado como regramento jurídico advindo do etéreo, recebidas passivamente, sejam ponto de partida para determinar como cada grupo deve viver uma verdade absoluta, é invalidada pelo pensamento halbwichiano, ao contrapor que, o erro já começa ao tratar a memória teológica como ponto de partida para o julgamento das vivências terrenas, pois memória não pode ser ponto de partida, ela não nasce no vazio, pelo contrário, já nasce social.

Assim, falar em gênero e sexualidade e suas desconstruções estruturais não se constitui tarefa fácil, pois se trata, mormente, de falar de quem os carrega ideologicamente e os impõe como forma de violência e de opressão, caso as pessoas não estejam dentro de um espectro correspondente a uma memória coletiva normativa, recebida e orientada a partir de argumentos de autoridade majoritariamente teológica.

4. Identidades e Sexualidades não Normativas na Memória Coletiva

A memória coletiva de Halbwachs (1990) nos fala sobre uma heterogeneidade e multiplicidade das durações coletivas, em que tratamos de tempos mais ou menos exatos em correspondência entre nossas sociedades, o que, não necessariamente, implica que em dado momento todas as sociedades fixaram acordo sobre as unidades de tempo em dias, meses, minutos e em relação à liberdade do tempo, que, em certas ocasiões, como a precisão dele quando se trata de reuniões de trabalho, faz com que peçamos desculpas por atrasos de minutos, como uma espécie de quebra de acordo social mais amplo.

Na obra do autor citada acima, ele nos interpela que “[...] para que nossa memória se auxilie com a dos outros não basta que nos tragam seus depoimentos: é necessário que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sob um fundamento comum” (ibidem, p. 34).

Neste sentido, é preciso que haja uma coerência entre o que se diz e o que se traz internalizado como memória, sentindo-lhe representado naquele discurso rememorado de tal forma que ela mantenha uma relação de partilha com aquilo que já foi introjetado nas suas estruturas. O que traz, de certa forma, uma coerência de sentido com as discussões atuais sobre a fluidez dos conceitos de gênero e sexualidade evocados numa memória pós-estruturalista pelos movimentos contra-hegemônicos mediados pelas emissoras abertas e nas redes sociais.

As produções acadêmicas, de certo modo, também têm se dedicado com mais afinco à disrupção dessa memória coletiva de grupos que perpetuam assuntos relacionados à gênero como ideologia desfigurativa de um modelo saudável e perfeito de sociedade, atribuindo aos sujeitos LGBTQIAP+ uma condição de desvio do estereótipo imutável de sexualidade binária homem-mulher apregoado em textos considerados sagrados para alguns coletivos religiosos.

Este discurso é nocivo à existência humana e deslegitima qualquer forma de existência não normativa, assim como reduz também a mulher à função maternal como maior realização da vida e missão divina (Saffioti, 1976), que é comungado por vários grupos que tem em comum ou, pelo menos, não tenham cessado de concordar com esse pensamento padronizado de sujeito.

Destarte, em consonância de sentido, Habermas (1992) vai nos trazer que a história reconstitui apenas versões do passado e não a sua totalidade, esses marcos de períodos históricos nos dão a falsa impressão de que conseguimos resgatar toda a história, o que tem conexão aparente com o falseamento da história baseado em informações recebidas de textos e discursos validados por certas instituições tidas como autoridades inquestionáveis da palavra. Assim nos questionamos – sob qual ponto de vista se constitui a história?

Não questionamos a origem, simplesmente abraçamos verdades absolutas sob a égide de serem prescrições irrevogáveis do bem viver em sociedade, regras que não encontram sua primazia em legislações, mas em entendimentos subjetivados e partilhados por grupos - principalmente por coletivos religiosos conservadores -, desde a incipiência de sua existência, corroborando, para isso, a reconstituição, pelo menos simbólica, de lugares pelos quais as memórias teológicas hegemônicas se organizaram desde o início, como os templos suntuosos, reverências, memórias corporais automatizadas e a eterna negociação com os lugares e galardões prometidos para aqueles que cumprirem uma prescrição de vida em retidão tida como correta na memória coletiva daquele povo.

Assim, a memória coletiva sobre gênero e sexualidade é direcionada conforme as afeições de determinados grupos que as comportam, por isso não podemos falar de um tipo de interpretação, mas de vários, pois existem inúmeros grupos e cada um carrega consigo os marcos sociais de um pensamento que vai se evoluindo com a idade, com as experiências e com as recordações. As perspectivas existenciais, afetividades e identidades, neste sentido, precisam ser múltiplas.

Halbwachs (2004) quando fala sobre os marcos sociais da memória, vai nos dizer que, quando pequenos, temos poucas recordações e isso vai se aperfeiçoando com o passar da nossa existência, pois memória é materialidade, ela existe no tempo e tem relações com todos os aspectos que condicionam, legitimam e possibilitam a vida humana.

Dessarte, as perspectivas de gênero e sexualidade, quando confrontadas com a memória coletiva, vão se mostrar diferenciadas dentre os grupos, e ao mesmo tempo, partilhadas em grupos específicos que comungam certas coerências de sentido, quando se trata dos ideais de vivência do ser humano, que, podem ser embasados na supremacia da episteme ou dos costumes e ideologias perpetuados por influências de grandes instituições mantenedoras de conservação hegemônica de ideias, como a sociedade patriarcal e as religiosidades baseadas em escrituras reveladas.

5. Considerações Finais

Discutir gênero e sexualidade no Brasil fora da lógica normativa sempre se deu num terreno bastante espinhoso, em que o sufocamento desses temas tem sido cada vez mais reforçados por grupos conservadores à luz de teorias que se embasam em pensamentos coletivos partilhados entre grupos reforçados pela teologia.

Nas últimas décadas, tivemos avanço em perspectivas pós-estruturalistas de pesquisa, principalmente nos anos 2000 até destituição política da então ocupante do cargo de presidente do Brasil, no ano de 2016. Desde então, ondas fortemente conservadoras têm sido incentivadas e até mesmo reforçadas por discursos oficiais em alinhamento a uma perspectiva coletiva de correção da sociedade brasileira na direção de medidas morais como contenção dos problemas que nos circundam.

Isto inclui a perpetuação de cores específicas para sexos distintos em perspectivas binárias, reforço ao papel de submissão da mulher ao homem, boicotes a campanhas publicitárias inclusivas em que aparecem personagens LGBTQIAP+ e a ascensão de evocação de governantes/líderes que seriam enviados para correção de todas as mazelas sociais deixadas na história.

A desconstrução estrutural da perspectiva normativa de gênero e sexualidade ora avança, ora cai em retrocessos, pois enfrenta o império de argumentos baseados e reforçados secularmente por instituições, como as religiosas e a sociedade patriarcal, e que, por vezes, tem sido justificativa para ataques e violências em nome de uma ordem suprema estabelecida, que controla até mesmo as relações interpessoais, os gostos e os desconsideram enquanto construções sociais, dando cada vez mais substrato a regramentos fundamentalistas interessados no adestramento de sua própria espécie.

Os papéis atribuídos ao homem como ser másculo e infalível e da mulher como a sua auxiliadora e dependente advém do mito criado acerca do sexo frágil, reforçado pela sua existência retirada da costela do homem, dessa forma, qualquer pensamento em contrário que estimule o empoderamento feminino e enxerga a mulher enquanto ser dotado de igualdade de direitos em relação ao homem seria na memória coletiva de grupos conservadores, uma afronta aos preceitos morais e sagrados.

Da mesma forma, corpos biologicamente masculinos e transicionados em socialmente femininos, travestis, transgêneros, comunidades *queer*, homens socialmente “afeminados” e mulheres socialmente “masculinizadas” são tidos como um desvio social e de conduta, corrigidos apenas à luz de mandamentos imutáveis sagrados, e isso faz com que se legitime a violência desde o berço, reforçadas pela família, escola, sociedade e religião, e na ausência destes, qualquer sujeito que partilhe dos mesmos ideais são revestidos do poder de aplicar medidas corretivas à luz de uma ótica em que se está procurando voltar aquela pessoa para sua perspectiva de vida considerada natural - baseada nos preceitos teológicos monolíticos - , criada por esses grupos e reforçados ao longo da vida pelas várias instâncias sociais.

Diante disso, podemos perceber a presença marcante de traços teológicos em supremacia na regência da vida de povos em sociedade, principalmente em espaços e tempos conservadores e, na mesma proporção, a dificuldade de concepções e perspectivas laicas e pós-estruturalistas em contraposição.

As existências, preferências, comportamentos, estereótipos e expressões de gênero fora da normatividade são consideradas, no imaginário conservador, passíveis de correções dentro da memória coletiva desses grupos sociais que conservam e potencializam regramentos baseados na moralidade religiosa, excluindo e repreendendo qualquer expressão em contrário.

Nesse sentido cabe à academia, como campo produtor de episteme contra-hegemônica, favorecer e estimular debates e pesquisas que tragam, à luz da ciência e da condição humana, resultados e discussões pertinentes à desconstrução de postulados que se apegam a uma memória coletiva conservadora, partilhada entre grupos sociais, para disseminar intolerância e violências sexuais e de gênero.

Referências

- Andrade, M. M. de. (2003). *Introdução à metodologia do trabalho científico*. (6a ed.): Atlas.
- Beauvoir, S. (1980). *O Segundo sexo – fatos e mitos*. (Tradução de Sérgio Milliet. (4a ed.). São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Brasil. (1824). *Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)*.
- Brasil. (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de fevereiro de 1891)*. Rio de Janeiro, RJ.
- Brasil. (1934). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934*. Rio de Janeiro, RJ.
- Brasil. (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937*. Rio de Janeiro, RJ.
- Brasil. (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)*. Rio de Janeiro, RJ.
- Brasil. (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Brasília, DF.

- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988*. Brasília.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4a. ed.): Atlas.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de administração de Empresas*, 35 (3), 20-29. <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf>
- Habermas, J. (1992). Modernidade um projeto inacabado. In Arantes, O. B. F., & Arantes, P. E. *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas: Arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas*. São Paulo: Brasiliense.
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. Traduzido por Laurent Léon Schaffter. Vértice.
- Halbwachs, M. (2004). *Los marcos sociales de la memoria*. Traduzido por Manuel A. Baeza e Michel Mujica. Caracas: Anthropos Editorial.
- Marx, K. (2011). *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*: Boitempo.
- Mendonça, D. de. (2020). Uma (Breve) Introdução ao Pensamento Pós-Estruturalista. *Paralelo* 31. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/paralelo/article/view/21004>>. Acesso em: 18 maio 2022.
- Morin, E. (2015). *Introdução ao pensamento complexo*. (5a. ed.): Sulina.
- Rios, F. (2013). Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. *Revista Intratextos*, 5 (1), p. 1-22. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/viewFile/7102/9367>>.
- Saffioti, H. I. B. (1976). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*: Vozes.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. (23a ed.): Cortez.
- Teixeira, C. M., & Magnabosco, M. M. (2010). *Gênero e diversidade: formação de educadoras/es*: Autêntica; Ouro Preto: UFOP.